

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 216.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 18 de Novembro de 1971 - (5.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Santos Lima (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procedi a leitura da Ata d'assessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com o Regimento Interno, Requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pelo aniversário de fundação do Município de Rancho Alegre, a dar-se no próximo dia 20 do corrente.

Solicita, também, que do fato seja dada ciência à sua Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Borsari Neto.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer de V. Exa., a designação de membros deste Poder, para representar

esta Assembléia nas festividades do 10.o aniversário da fundação do Município de Rancho Alegre, no próximo dia 20 do corrente.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Borsari Neto.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, Requerem à Mesa, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão Parlamentar para representar este Poder Legislativo, nas comemorações do Décimo aniversário de instalação do Município de Ivaiporã, a realizar-se no dia 19 do corrente.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(aa) João Mansur e Antônio Maciel.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão DESIDERIO MAR-CHIORATO, ocorrido sexta-feira dia 12 do corrente, em Curitiba.

O falecido era pessoa de vasto círculo de amizades e integrava família tradicional nos meios sociais de Curitiba. Militando no setor industrial, muito contribuiu com sua vida de trabalho para a grandeza não só da Capital mas do Paraná.

Ao desaparecer com seus 68 anos de idade, deixou viúva D. Leonor Marchiorato e seus dignos filhos Luiz Antonio, Maria Bernardete e Maria Aparecida.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à família.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Igo Losso.

Endereço: Alameda Princesa Isabel n. 455  
Curitiba.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo ao Excelentíssimo Senhor Cirne Lima, digníssimo Ministro da Agricultura e ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no sentido de que sejam revistos os atuais preços fixados para a erva mate, que não vêm correspondendo às expectativas dos setores econômicos do Estado.

Os preços do produto, que em 1970 estavam fixados em Cr\$ 7,50 a arrôba, em 1971 tiveram um decréscimo para Cr\$ 6,50, com prejuízos consideráveis à economia ervateira do Paraná. Ademais, a erva mate não tem encontrado comercialização fácil, em razão do retraimento dos mercados tradicionais do Rio da Prata, fato que está redundando na estocagem do produto e consequentes efeitos negativos no comércio e indústria. Por outro lado, este estado de coisas reflete-se, inevitavelmente, no meio social, com a crise de desemprego que o problema da falta de comercialização está provocando.

A intervenção das autoridades federais é, hoje, ponto de vista comum, entre os produtores e comerciantes da erva mate, que a vêem como meio para solucionar esse grave problema.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

**PROJETOS DE LEI:**

**Projeto de Lei n. 271-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Mello.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo.

**J U S T I F I C A T I V A :**

O Distrito de Fernão Dias tem população escolar em número suficiente a justificar a criação de um Curso Ginásial para atendê-la. Por isso a apresentação do presente Plano de Lei que esperamos ver aprovado.

**Projeto de Lei n. 272-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Obras, o Prédio do Ginásio Estadual, na sede do Município de Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo.

**J U S T I F I C A T I V A :**

As condições precárias em que está funcionando o Ginásio de Iguaçu, exigem providências do Poder Público. Por isso a apresentação do presente Projeto de Lei que esperamos ver aprovado. Lembramos que tal construção do tipo pré-fabricado não tem condições e consequente segurança aos alunos.

**Projeto de Lei n. 273-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Obras, o prédio do Ginásio Estadual na Sede do Município de Itaguapé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo.

**J U S T I F I C A T I V A :**

O Ginásio de Itaguapé funciona, atualmente, em prédio de condições precárias. Nestas considerações, julgamos conveniente a apresentação do presente plano de Lei, que esperamos ver aprovado, para que não tenhamos cerca de 200 alunos sem condições de continuar os estudos.

**Projeto de Lei n. 274-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, com sede e fôro nesta Capital.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

**J U S T I F I C A T I V A :**

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública não tem fins lucrativos e presta, realmente, de forma desinteressada, serviços à coletividade.

Quanto à sua situação jurídica, é perfeitamente normal, a começar pelo seu estatuto social que está devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, desta Comarca, conforme se infere da leitura do Art. 1.o do referido estatuto.

Nestas condições, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoioamento e aprovação final.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nos termos de uma Resolução aprovada por esta Casa de Leis, a data de amanhã será por esta Casa reverenciada à comemoração da Bandeira do Brasil.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderíamos deixar de registrar desta Tribuna, o fato que a revista "O Cruzeiro", além de estampar uma reportagem em que concita os brasileiros a amarem, a respeitarem, e a honrarem o auri-verde pendão, também anexa uma bandeira em pano, com uma legenda em sua capa.

Este fato significativo sob todos os aspectos, deve merecer, dêste Poder Legislativo, um voto de aplausos à direção da revista "O Cruzeiro", pela iniciativa que vem reforçar junto à família, o culto à bandeira, como figura representativa das tradições mais caras, de uma nacionalidade orgulhosa da sua gente e da sua Pátria.

Não poderíamos deixar passar despercebido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fato de nesta revista de circulação nacional e de maior tiragem na América Latina, estar inserida na página 42, uma reportagem que atinge a um Município paranaense, sob a manchete: "Um município à sombra da corrupção". Se estampa nesta revista uma reportagem que consideramos de uma seriedade que transcende à nossa capacidade momentânea de analisarmos a gravidade do que aqui se insere.

Quero crer, que as autoridades mais altas, haverão de analisar esta reportagem para que se dê uma satisfação à população de um Município progressista como é o caso do Município de Toledo, situado na região Oeste paranaense.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Por mais profundas que sejam as crises políticas de uma Nação, por mais profundas que sejam as preocupações na área política, não podemos nós, homens que representamos o povo numa Assembléia, deixar tratar, de encaminhar, os problemas do seu interesse.

E é porisso, que encaminhamos hoje, desta Tribuna, um requerimento ao sr. Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para que o problema do mate do Paraná, seja equacionado com urgência.

Mais de cinquenta mil pessoas dedicam-se às atividades do mate na zona ervateira do Paraná. Cinquenta mil pessoas, que estão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem condições de trabalho, devido a poivuca de preços do mate do Paraná. Não temos, ou se temos condições muito reduzidas, uma quota de exportação, e o preço do mate que no ano passado era de 7,50 centavos, hoje possui a 6,50. Um absurdo que o mate, uma das economias tradicionais do Paraná, cuja safra no início do século sustentou toda a economia paranaense, hoje se veja abandonada, na indigência, sem que as autoridades do nosso Estado tomem providências, no sentido de assegurar aos produtos do mate, condição ideal de realização de suas atividades, não só tendo em vista os resultados econômicos da atividade ervateira, mas a função social desta atividade, na qual se aplicam como já disse, cinquenta mil pessoas que outra coisa não sabem fazer, senão trabalhar nas atividades extrativas do mate. Hoje é desolador o quadro da economia ervateira no interior do Paraná, e especialmente, Sr. Presidentes Srs. Deputados, porque este setor se fixa numa das zonas mais empobrecidas do Paraná que é a zona Sul e Oeste do Estado, a situação dos trabalhadores no mate é a mais grave possível. Os ervateiros estão retraídos. A produção da safra inteira estocada, o Governo não toma providências e nem sequer toma conhecimento do fato. É necessário que o Governo, com o mate carreador de divisas para o erário nacional e estadual, proceda como vem procedendo com o café, ou serão os homens do Sul inferiores, ou será o Sul inferior em relação ao Norte do Estado que recebe do Governo todo o apoio no sentido de estimular a economia cafeeira, e o mate, por que não? Srs. Deputados, por que o mate não tem tido líderes que defendam a sua posição no concerto da organização nacional. E venho hoje, Sr. Presidente, encaminhar este requerimento, apelando em nome destes milhares de pessoas que se vêm na contingência do desemprego para uma providência imediata, se não tem comercialização com o exterior, o Governo que proceda como procedeu com o café, financie, compre e estoque, pois não é justo que um produto que carrega tantas divisas para o erário fique a mercê de contingências diversas, sem que o Governo tome conhecimento. Venho, nesta hora, não só solicitar, mas venho até exigir em nome daqueles que se aplicam nesta atividade, uma solução urgente e a solução urgente é uma só, é o Governo financiar, comprar os estoques de forma que a atividade não se extinga totalmente do rol das atividades produtivas do Estado do Paraná. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Lendo): “Senhor Presidente, Nobres Senhores Deputados:

As vésperas da visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici aos Estados Unidos, programada para o próximo mês, uma voz odiosa se levantou no Senado norte-americano, erigida em censora do Brasil e de nosso Governo.

Em pronunciamento pouco divulgado pela imprensa brasileira, mas explorado pelos veículos norte-americanos e europeus, o Senador Democrata Edward Kennedy teve como objetivo principal criticar a política latino-americana do Presidente Richard Nixon, por ele qualificada como “política de maligno abandono”. Mas o jovem Senador descambou da sua linha de oposição, que é natural às vésperas da campanha sucessória em seu País. E ofendeu profundamente a dignidade do povo brasileiro, ao veicular mentiras que pela origem podem repercutir como verdades perante os menos avisados sobre a realidade brasileira.

Disse Edward Kennedy, textualmente, que o Presidente Richard Nixon deve ser condenado pelo convite feito ao Presidente Emílio Garrastazu Médici para visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

Vão entre aspas as palavras do Senador, reproduzidas pela imprensa internacional:

"O Governo brasileiro constitui um regime que esteve sob ataque de diversos grupos internacionais de direitos humanos por consentir na tortura de presos políticos como instrumento aceitável de represália política. E agora se convida tal chefe de governo (o Presidente Emilio Médici) a Washington para ser homenageado, em vez de convidar os de outros países latino-americanos que demonstram maior preocupação pela justiça social e pelos direitos do indivíduo".

É profundamente lamentável que o Senador Edward Kennedy, no tempo que lhe é deixado livre por suas aventuras galantes, e pelo temor de novos afogamentos de suas secretárias, não tenha estudado com profundidade a conjuntura política brasileira. Pela dimensão dessas mesmas aventuras e preocupações, não se poderia exigir tampouco que o último dos Kennedy, alinhando com a tradição de sua heróica clã, conhecesse de perto os problemas mundiais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Foi com tristeza idêntica a de todos os nobres Pares, de todo o Brasil, que tomamos conhecimento do ignominioso pronunciamento do parlamentar norte-americano.

Tristeza e revolta.

Tristeza e revolta que nos trouxeram à Tribuna, hoje, para conclamar esta Casa e fazer um pronunciamento oficial, unânime e relevante. Mais do que conclamar, cobrar até essa manifestação, que só pode ser de apoio irrestrito ao injustificado, de solidariedade com o Presidente que não é um homem só. Ao ser ofendido, o Presidente Emilio Garrastazu Médici é todos nós, é a Revolução Brasileira, é o povo brasileiro na sua busca de novos caminhos, é o próprio Brasil representado.

O senador, Edward Kennedy nada mais foi do que vítima e veículo da campanha propagandística das esquerdas mundiais para desmoralizar o regime brasileiro no exterior, papel incompatível com a inteligência que dele se esperava. Nós que vivemos a política brasileira, e o povo todo que vive as suas consequências, sabemos muito bem que lamentáveis episódios isolados, acontecidos ao sabor da maldade que é dote universal, jamais podem ser confundidos com norma de ação governamental, muito menos com violação institucionalizada de direitos humanos.

É preciso que neste momento o Presidente da República receba daqui do Paraná, e de todos os Estados Brasileiros, solidariedade irrestrita e sem coloração partidária. Principalmente dos parlamentos, onde nós, a chamada classe política, esperamos confiantes que a violência de exceção deixe de ser necessária para garantir exatamente a justiça social e os direitos do indivíduo. Os parlamentos onde nós esperamos o cumprimento da promessa maior do Presidente Emilio Garrastazu Médici em seu discurso de posse, esperamos a chegada do grande compromisso.

A hora da sociedade aberta, desenvolvida e integrada, irmanada numa democracia plena que é a razão da própria Revolução Brasileira.

O Senador Edward Kennedy, que em seus pronunciamentos jamais condenou a visita de Nixon à China Comunista, cujo regime é realmente responsável pela morte de milhões de pessoas, que sequer criticou a aproximação com Moscou, onde até dissidentes intelectuais são internados em manicômios e campos de concentração, não revela sequer coerência. Quais seriam os países que no entender do Senador "demonstram mais preocupação do que o Brasil pela justiça social e direitos do indivíduo"?

Talvez o Chile e Peru, cuja marcha para o totalitarismo marxista preocupa o Hemisfério?

Ou talvez Cuba de Fidel Castro?

Na hora da crítica injusta, deve saber o Presidente deste País que conta com integral apoio onde mais interessa. Aqui, agora.

Deve sentir Sua Excelência que nós, os políticos brasileiros, mesmo semi-

marginalizados das decisões e afastados algumas vezes do respaldo popular, compreendemos que o Brasil paga o preço do autoritarismo passageiro para **a conquista acelerada de sua modernização econômica.**

O Presidente precisa saber que a maioria de nós, os alinhados com a Revolução de 1964, compreende que não nos podemos ainda dar ao luxo de democracias de contestação que reduzam a eficácia econômica, como são atualmente as da Itália e dos Estados Unidos.

A nossa não pode, como lá, ser uma democracia que se define como oneroso sistema de administrar conflitos.

Deve o Excelentíssimo Senhor Presidente da República alegrar-se ao compreender que apesar de nossos anseios pelo restabelecimento da normalidade, estamos confiantes em sua política econômico-financeira e de relacionamento internacional.

Nós vamos muito bem, obrigado, Senador Edward Kennedy.

A Produção Nacional Bruta aumentou numa taxa real de nove por cento, alcançando trinta e cinco milhões de dólares em 1970. Nossas exportações subiram para dois bilhões e setecentos milhões de dólares em 1970, contra um bilhão e novecentos em 1968. O "déficit" fiscal não superou 0,4% da Produção Nacional Bruta e foi todo coberto com recursos não inflacionários.

No plano internacional, o Brasil, pela primeira vez em sua história, está hoje imune às crises mundiais. Quando o Governo dos Estados Unidos impôs unilateralmente a sobretaxa de dez por cento sobre as exportações e adotou medidas financeiras que abalaram todo o sistema ocidental de moeda e comércio, o Ministro Delfim Neto, da Fazenda, afirmou que o Brasil foi afetado em escala tão pequena que tais fatos são negligenciáveis. Também a suspensão das exportações na Argentina, não alterou as relações de troca entre os dois países com reflexo no conjunto de nossa posição, e brevemente teremos o prazer de receber a visita de cordialidade do Presidente Alexandre Lanusse.

Não nos afetaram tampouco o ingresso da Inglaterra no Mercado Comum Europeu e, segundo o Ministro Gibson Barbosa, a visita do Presidente Nixon a Pequim e o ingresso da China Comunista na ONU pouca diferença fazem ao Brasil. Agora, mais recentemente, o Ministro João Paulo Veloso, do Planejamento, tranquiliza a opinião nacional com relação à suspensão da ajuda externa norte-americana, concluindo que até nos beneficia porque o cancelamento da ajuda melhorará as relações comerciais. E bom comércio é tudo quanto aspira o Brasil.

Pela primeira vez esta Nação se apresenta imune a acontecimentos como a quebra do monopólio russo-norte-americano e a diversificação dos centros mundiais de decisão. Tudo parece ocorrer na mesma linha de assegurar o prosseguimento da política brasileira, nos mesmos pressupostos e nas mesmas bases. O que força acreditar que a política brasileira é formulada com tal elasticidade que se ajusta naturalmente, sem esforço, a qualquer modificação que ocorra em qualquer parte e altere as condições sob as quais operam nossos aliados, nossos concorrentes ou nossos adversários.

Por tudo isso o Brasil é um país tranquilo na busca de seu futuro. Por tudo isso, seu Presidente é um homem tranquilo, que soma atrás de si a opinião nacional, para que, com nosso estímulo, ignore pronunciamentos desinformados como o de Edward Kennedy.

Isto pôsto, Senhor Presidente, o Deputado que adiante assina REQUER, com anuência da Casa, seja encaminhado um voto de confiança e desagravo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, pelas injustas considerações do Senador Edward Kennedy, como manifestação oficial deste Poder. E para que Sua Excelência tome conhecimento dos argumentos expostos perante esta Assembléia, na defesa do Chefe da Nação, e para que se inteire um pouco o Senador Edward Kennedy da realidade brasileira, REQUER, ainda, seja encaminhada à Presidência da Repú-

blica e ao político norte-americano cópia de inteiro teor do presente pronunciamento, dos apartes que porventura nos honrarem os nobres Pares desta Casa e dos discursos que o sucederem”.

Conteúdo com todo prazer, aparte ao nobre Líder do MDB nesta Casa.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa., nobre Deputado, trata de um assunto da maior importância para o Brasil. É comum que problemas dessa ordem não desçam até a esfera estadual. Congratulo-me com V. Exa. por trazer até esta esfera um problema desta ordem, da consciência política de que assuntos desta natureza devem descer até a raiz da sustentação do sistema político vigente, que é o próprio povo. E V. Exa., como representante do povo, ao trazer este problema faz com que tomemos conhecimento e esclarece ponto de vista, e assume posição com a qual estamos inteiramente de acordo, especialmente no que diz respeito ao cancelamento do sistema político de auxílios que se concedia ao Brasil e a países subdesenvolvidos. Também sou da opinião de que devemos ser tratados igualmente, todos queremos ser tratados de igual para igual, com personalidade definida e não como indigentes de mãos estendidas, a espera de auxílios que, em última análise, são a retribuição do que já nos tiraram anteriormente por um processo de política comercial totalmente injusta e contra a qual nos levantamos em todo o Brasil, através das Bancadas do MDB, nas Assembleias, da Bancada do MDB no Congresso Nacional.

É, nesta hora, e num assunto dessa natureza, MDB e ARENA, mas acima de tudo brasileiros, não podemos deixar de nos solidarizarmos com o Senhor Presidente da República, com o Presidente de nosso País, no sentido de que ele expresse essa personalidade que queremos que a nossa Nação tenha.

Portanto, meu apoio às palavras de V. Exa..

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço o aparte de V. Exa. e ele vem demonstrar o que seja alma brasileira. No instante em que nossa Pátria é objeto de críticas no Exterior, no instante em que procuram atingir a figura ímpar do Presidente de todos os brasileiros, por um Senador ávido de publicidade, nas proximidades de um pleito eleitoral, os brasileiros se unem, sejam da ARENA sejam do MDB, sejam favoráveis sejam contrários ao Governo, unam-se em torno do seu Chefe, do seu Líder, que é o Presidente da República de todos os brasileiros, a fim de que esse, fortalecido pelo apoio e sustentação do calor humano do povo brasileiro, possa, por ocasião de sua visita, fazer sentir ao Presidente da grande Nação irmã, o repúdio dos brasileiros pela maneira desigual com que têm sido tratados por parte de certa esfera administrativa dos Estados Unidos.

Quanto à suspensão da ajuda externa dos Estados Unidos, anunciada como contenção de despesa pelo Presidente Nixon, de acordo com o Ministro do Planejamento, não nos afeta absolutamente, porque a Revolução brasileira soube estruturar a economia do País em bases tão sólidas que hoje o Brasil é encarado de igual para igual perante as grandes potências do mundo.

Nossa economia vai bem, e vai melhorar muito mais com esse apoio e esse trabalho extraordinário do povo brasileiro ao grande Presidente desta Nação.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Se o Senador Kennedy tem intensão de ajudar o Brasil e ajudar os países sub-desenvolvidos, que lute na sua área, que trate o processo da comercialização de nossos produtos pelas grandes empresas americanas, de modo que sejamos tratados com igualdade nos mercados internacionais, recebendo os nossos produtos pelo preço que eles merecem, evitando que nós nos descapitalizemos, o que tem acontecido até aqui, ocasionando grandes dramas nos países sub-desenvolvidos. Desculpe-me V. Exa., por ter interrompido mais uma vez o seu brilhante discurso.



O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pelo contrário, o aparte de V. Exa. só nos orgulha e nos honra sobremaneira, mesmo porque V. Exa. tocou um ponto crucial das relações, hoje, dos chamados países sub-desenvolvidos com as grandes potências econômicas do mundo.

O Brasil, hoje, não se coloca mais na posição de pedinte de chapéu na mão. Hoje estamos fazendo valer nossas forças perante as grandes potências do mundo. Acabou o tempo em que o "trust" comandava o preço de nossa matéria prima aqui dentro. Foi necessário que o povo brasileiro fizesse uma Revolução, foi necessário que as Forças Armadas comandassem a reestruturação do processo financeiro, para que fizessemos valer lá fora as nossas decisões. Com essa política dos Ministros da Fazenda do período revolucionário, foi que conseguimos impor nossa vontade nas grandes decisões do Conselho Monetário Internacional, haja vista a batalha do frete, o problema do café solúvel e outras matérias primas...

O Sr. Nivaldo Krüger — As 200 milhas marítimas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sim, de certa forma, o mar das 200 milhas.

O Brasil era apenas mero fornecedor de matéria prima nos mercados internacionais, onde se aviltava o preço, onde recebíamos, cada vez menos, dólares por mais mercadorias exportadas.

Hoje, felizmente, dado esse apoio que o Governo vem recebendo do povo e da Nação brasileira, temos feito sentir o valor de nosso povo e a imensidão de riquezas extraordinárias deste nosso País, de que tanto nos orgulhamos.

Portanto, o pronunciamento de V. Exa. bem ao contrário do que V. Exa. disse, não é de solicitar desculpas, mas vem ilustrar, vem corroborar e engrandecer este meu discurso.

Solicito que esta Assembléia, por unanimidade, deixando de lado as divergências partidárias, vote uma moção de apoio e solidariedade ao nosso grande Presidente da República, para que ele, quando se apresentar em sua visita a grande Nação irmã, se apresente fortalecido pelo calor e apoio do povo brasileiro. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença em Plenário do dr. Eros Lépká, Prefeito Municipal de Matinhos.

Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. — Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fun-

dação Educacional da Cidade de Bandeirantes. — Parecer favorável da C.C.J.  
— EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública o "Liceu Mário de Andrade Ltda." — Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 31-71, abrindo crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, para pagamento da taxa Rodoviária Única, arrecadada no exercício financeiro de 1970. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20-71, encaminhando anteprojeto que introduz alterações na Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, pela qual foi instituída a taxa de Saúde. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10-71, de autoria do Dep. Igo Losso, cria a "Fundação Educacional" de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Normal, na sede do Município de "Adrianópolis", para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-69, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-69, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado, com 40.090,00 (quarenta mil e noventa metros quadrados), situada no bairro do Atuba. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 220-69

#### MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 49-69

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — "CAFÉ DO PARANÁ", uma área de terras de 40.090,00 m<sup>2</sup> (quarenta mil e noventa metros quadrados), de propriedade do Estado, situada no bairro do Atuba, nesta Capital, com as divisas e confrontações que especifica.

2. A proposição ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa, pois visa ensejar condições a fim de que a Café do Paraná possa concentrar no Atuba todos os serviços por ela mantidos, inclusive os de oficinas de recuperação de máquinas, o que, sem dúvida alguma, proporcionará àquela Empresa um bem equacionado ritmo de expansão, liberado das dificuldades que atualmente enfrenta com as suas dependências situadas em diversos locais, distantes uns dos outros.

Certo de que o plano de lei ora proposto merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado ARMANDO QUEIROZ DE MORAES

DD. Presidente da Ass. Legislativa do Estado

N/CAPITAL

a) Paulo Pimentel

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná "CAFÉ DO PARANÁ", uma área de terras de 40.090,00 m<sup>2</sup> (quarenta mil e noventa metros quadrados), de propriedade do Estado, situada no Bairro do Atuba, desta Capital, com as seguintes divisas e confrontações:

Ao Norte, confrontando com a antiga estrada de rodagem da Graciosa, Curitiba-Paranaguá; ao Sul por linha seca, com 310,00 metros, confrontando com a área pertencente à COPEL; a Leste por um córrego, confrontando com terras de propriedade atribuída a Dalio Lippert; ao Oeste por linha seca, com 182,00 metros confrontando com a área pertencente a TELEPAR.

Art. 2.º — A transferência de que trata a presente lei está procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná em futuro aumento de capital da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, após prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades constantes da legislação específica.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 220-69

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 49-69

A doação pretendida pelo chefe do P. Executivo, da área de terras descrita no art. 1.º, para a Café do Paraná é legal e constitucional.

Pela aprovação

Sala das Comissões, em 3.9.70

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Abrahão Miguel — Relator

Com vistas do Sr. Dep.

Alencar Furtado

27.5.70 — a) Emílio Carazzai

Rejeitado o parecer

Designo novo relator o Dep.

Ivo Thomazoni

Em 39.70 — a) Emílio Carazzai

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

PROJETO N. 220-69

AUTOR: Governo do Estado do Paraná

SÚMULA: Mensagem Governamental n. 49-69, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado com 40.090,00 m<sup>2</sup>, nesta Capital, localizado no bairro Atuba.

1) A transferência pretendida da área de terras mencionada no artigo da mensagem em apreço, justifica, não havendo qualquer inconveniente visto que em seu artigo 2.º obriga avaliação prévia para a referida transação.

2) A transação é legal e constitucional, sendo nosso PARECER FAVORÁVEL à aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Odilon Reinhardt

Igo Losso

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Emílio Carazzai e

Acyrr José

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 220.69

SÚMULA: — Mensagem do Governo do Estado n.º 49-69, encaminhando anteprojeto de lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de Terras de propriedade do Estado com 40.090 m<sup>2</sup>, nesta Capital, localizado no Bairro Atuba.

I — A proposição, de iniciativa governamental, dentro de um plano da administração, tem alto significado.

II — Não fere nenhum princípio de ordem legal, cabendo ao Poder Executivo a análise de sua oportunidade que somente poderá ser objeto de consideração com a aprovação do mesmo.

III — Pelo exposto, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de Junho de 1971.

(aa) Arizone Araújo — Presidente. :

Santos Lima — Relator

Antonio Maciel — Sebastião Rodrigues Júnior — Marciano Baraniuk

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 304-70, autor Governo do Estado — Mensagem n.º 45-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado.

### MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 45.70

#### PROJETO DE LEI N.º 304-70

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado ao atendimento de despesas com a execução da lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969.

2. O crédito especial de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa se faz necessário a fim de que, de conformidade com a lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, sejam instaladas as Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964, o anteprojeto prevê, como recurso para abertura do crédito, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento Geral do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses Públicos, e solicita, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Paulo Pimentel — Governador do Estado

Eo Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO ESCORSIN

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

### GOVERNO DO ESTADO DO PARANA ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito Especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969.

Art. 2.º — Como recurso para cobertura das despesas decorrentes da abertura do Crédito de que trata o artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.042, de 19 de novembro de 1969, conforme a especificação abaixo:

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA D EESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
UNIDADE EXECUTORA: SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

DOTAÇÃO: 70 — 6.4 — 50 — 04 — 0

1 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL

4 1 0 0 — INVESTIMENTOS

4 1 3 0 — Equipamentos e Instalações ..... Cr\$ 90.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 304.70

AUTOR: — Poder Executivo

SÚMULA: — “Oriundo de Mensagem Governamental, autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969 e dá outras providências”.

#### PARECER

1) — O Projeto vem articulado e devidamente justificado no Ofício 45.70 que o acompanha, estando, desta forma, em consonância com o Regimento Interno.

2) — Esta Comissão nada mais tem a apreciar, tendo em vista se tratar de lei já consumada, em face do que preceitua o § 3.º, do art. 25, da Constituição.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em ... de abril de 1971

(aa) Wilson Brandão — Relator.

Igo Losso — Relator

Acyr José — Emílio Carazzai — Odilon Reinhardt — Gilberto Carvalho e Cândido Manoel Martins de Oliveira

### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER

#### SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), à Secretaria de Educação e Cultura, des.

tinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, que criou as Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

#### PARECER

Em se tratando de projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, esta Comissão nada tem a opor, porquanto, é da competência exclusiva do Senhor Governador a iniciativa das leis que abrem crédito ou aumentem a despesa pública, art. 34 da Constituição do Estado.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à propositura, visto não haver impedimento de ordem financeira, matéria de nossa competência para opinar.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 16.06-71

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Gabriel Manoel

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196.71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que cria junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um Fundo de Natureza Contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela sigla "FEER.PR" e dá outras providências". Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 196.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla "FEER.PR", destinado à extensão da energia elétrica à zona rural, assim definida no art. 16, do Decreto Federal n.º 62.724, de 17 de maio de 1968, e nos termos do disposto no inciso V, do art. 127, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — O Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla "FEER.PR", reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 3.º — Constituirão receita do Fundo:

- I — as subvenções que forem consignadas pelo Governo do Estado;
- II — as rendas de serviços prestados a terceiros;
- III — as contribuições de organismos internacionais, baseados em convênios;
- IV — as contribuições dos governos federal, estaduais e municipais e de autarquias;
- V — as contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, inclusive de organismos internacionais;
- VI — os juros e rendas dos bens do Fundo ou provenientes de operações por ele realizadas.

Art. 4.º — As disponibilidades do Fundo serão aplicadas:

- I — na execução de obras e serviços relativos à eletrificação rural;
- II — na aquisição de materiais destinados à realização de suas atividades;
- III — na preparação de pessoal técnico especializado, através de realização de cursos, conferências, estágios e outros meios de comunicação e de treinamento;
- IV — em trabalhos de pesquisa e investigações no campo de suas atividades;
- V — no custeio total ou parcial de viagens de pessoal técnico, inclusive ao estrangeiro;
- VI — na contratação de pessoal técnico ou de cientistas, nacionais e estrangeiros;

VII — na impressão ou reimpressão de trabalhos técnicos e de divulgação;  
VIII — na realização de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, com o objetivo de facilitar a execução de seus trabalhos.

Art. 5.o — Fica criado um conselho administrativo, cujos membros serão nomeados pelo Governador e terá a seguinte composição:

I — o Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que será o seu Presidente;

II — 1 (um) representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;

III — 1 (um) representante do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria de Agricultura;

IV — 1 (um) representante do setor de planejamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica;

§ 1.o — Os Secretários de Viação e Obras Públicas e da Agricultura e o Diretor do A.A.E.E., indicarão ao Governador os nomes dos representantes dos respectivos órgãos;

§ 2.o — O mandato dos membros do Conselho Administrativo, os quais são demissíveis "ad nutum", será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3.o — Aos membros do Conselho Administrativo caberá um "pró-labore" por sessão a que comparecerem, fixado por Decreto;

§ 4.o — O Conselho Administrativo terá um secretário, que será designado por Portaria do Diretor do DAEE.

Art. 6.o — Compete ao Conselho Administrativo do FEER-PR:

I — administrar permanentemente o Fundo;

II — disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Estado do Paraná S. A.;

III — resolver sobre a forma de aplicação das disponibilidades do Fundo, bem assim como, autorizar toda e qualquer despesa que deva onerar esses recursos, observando o Regulamento;

IV — resolver sobre a aceitação ou não de contribuições particulares ou oficiais, visando à aplicação especial ou condicional;

V — contratar com entidades particulares, os serviços e obras que julgar necessárias;

VI — aprovar as propostas de gratificações ou prêmios;

VII — promover o desenvolvimento do Fundo, visando ao melhor cumprimento de suas finalidades.

Art. 7.o — O Presidente do Fundo terá suas atribuições especificadas no Regulamento, o qual indicará ao Governador do Estado, para nomeação por Decreto, o seu substituto eventual nessa função.

Art. 8.o — O Presidente do Fundo poderá designar funcionários efetivos para funções no FEER.

Art. 9.o — As aquisições que correm à conta dos recursos próprios do Fundo ficam subordinadas aos dispositivos legais que regem a matéria no âmbito estadual.

Art. 10.o — As subvenções do Governo do Estado do Paraná, constantes dos créditos orçamentários e adicionais, serão depositadas em parcelas mensais, até o décimo dia útil, no Banco do Estado do Paraná, em conta especial a ser movimentada pelo Superintendente do Fundo.

Art. 11.o — As contribuições recebidas e as rendas próprias do Fundo, criadas por esta Lei, constarão obrigatoriamente dos orçamentos do Estado compensadamente, na receita e na despesa.

§ 1.o — As importâncias referidas neste artigo serão recolhidas à medida que forem arrecadadas, ao Banco do Estado do Paraná S. A. em conta especial, e serão aplicadas na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 2.o — As despesas efetuadas na forma do parágrafo anterior, ficarão sujeitas à prestação de contas, nos termos das leis e regulamentos do Estado.

Art. 12.o — O serviço encarregado da movimentação e controle dos recursos a que se referem os artigos 10.o e 11.o encaminhará, mensalmente,

até o dia 10 do mês seguinte, o balancete da receita e despesa, acompanhado da respectiva documentação, à Contadoria Geral do Estado, por intermédio da Contadoria Seccional junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 13.º — O Presidente do FEER submeterá ao Governador, para sua aprovação e dentro de 90 (noventa) dias contados de sua constituição, o Regulamento do Fundo.

Art. 14.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Dep. Gilberto Carvalho

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### PARECER

O ilustre Deputado Gilberto Carvalho, por este projeto de lei pretende criar, junto ao D.A.E.E., um fundo destinado a promover a extensão da energia elétrica à zona rural de nosso Estado.

De economia assentada sobre bases exclusiva ou predominantemente agrárias — agrícolas ou pastoris — o Paraná coloca-se frente ao dilema crucial da industrialização de bases ou industrialização do produto agro-pecuário, proposto pela conjuntura econômica brasileira.

A própria realidade comprova a opinião quase unânime dos especialistas, segundo a qual a industrialização dos produtos naturais da região é mais viável e de possibilidades de êxito comprovados em experiências levadas a efeito em outras nações.

Nesse caso, a extensão da rede de energia elétrica ao nosso "interior", abundante e acessível, representa um investimento da infra-estrutura de importância prioritária.

O projeto consubstancia medida afinada com essa linha de equacionamento do problema de base da nossa economia.

Por esse motivo, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho —

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur e Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão Parlamentar para representar este Poder Legislativo nas comemorações do Décimo aniversário de instalação do Município de Ivaiporã. **Aprovado.** A Presidência designa os Srs. Deputados João Mansur e Antônio Maciel, para representarem este Poder Legislativo no aniversário do Município de Ivaiporã, dia 19 do corrente mês.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desidério Marchiorato. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo aos Srs. Ministro da Agricultura, Sr. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal, no sentido de que sejam revistos os atuais preços fixados para a erva-mate. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsári Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo aniversário de fundação do Município de Rancho Alegre. **Aprovado.** A Presidência designa o Sr. Deputado Borsári Neto para representar esta Casa no aniversário de Fundação de Rancho Alegre.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsári Neto, constante do Expediente, solicitando a designação de membros deste Poder para representar esta Assembléia nas festividades do 10.º aniversário da fundação de Rancho Alegre. Este requerimento fica prejudicado, uma vez que esta presidência já designou o representante deste Poder Legislativo, no requerimento anterior.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado um voto de confiança e desagravo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República pelas injustas considerações do Senador Edward Kennedy, com manifestação oficial deste Poder. — **Aprovado**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 239-69 — 201-70 — 102-71 — 113-71 — 143-71 e 194-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 33.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 239/69** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que passa a jurisdição da 43.ª Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino de Santa Izabel do Oeste. **PROJETO DE LEI N.º 201-70** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que transfere à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, as estradas São Mateus — Rebouças e Fluvópolis — Rio Claro do Sul — Malet. **PROJETO DE LEI N.º 102/71** — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga o Município de Cruz Machado ao Município de Pinhão, na forma que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 143/71** — de autoria do Senhor Deputado Hélio Marfímato, que autoriza o Poder Executivo construir um prédio de alvenaria destinado a Delegacia de Polícia de Cianorte. **PROJETO DE LEI N.º 194/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Sabáudia, para funcionar no próximo ano letivo. Pelo Senhor Deputado Maurício Fruet foi apresentada redação final ao seguinte processo. **PROJETO DE LEI N.º 113/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que proíbe toda e qualquer propaganda particular dentro da faixa de domínio das rodovias estaduais. **APROVADAS**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa). Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente  
Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 194/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabaudia, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 143/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria para a Delegacia de Polícia de Cianorte.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 113/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º Fica proibida toda e qualquer propaganda particular dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 102/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à do Município de Pinhão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 201/70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º Ficam transferidas à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, através do 11.º Distrito Rodoviário, as estradas São Mateus — Rebouças e Fluviópolis — Rio Claro do Sul — Malet.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente  
Pinto Dias — Relator  
Maurício Fruct

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 239/69**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º. A Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste, atualmente vinculada a 47a. Inspeção Regional de Ensino de Santo Antônio do Sudoeste, passa à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente  
Pinto Dias — Relator  
Maurício Fruct

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 217.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 19 de Novembro de 1971 - (6.<sup>a</sup>-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Borsari Neto.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Borsari Neto, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zarusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Arthur de Souza, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 275/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 18 de novembro de 1.971.

(a) — Quielise Crisóstomo

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, tem curso ginásial como extensão do Ginásio Estadual localizado na Sede do Município. O que se pretende com este Projeto é a criação de ginásio independente do ginásio da Sede, porque já existem condições para tanto.

**PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 276/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual